

# A crise do Estado

Antes de mais nada, convém distinguir os dois tópicos em que se pode dividir a entrevista que o presidente José Sarney concedeu a nosso colega de trabalho José Nêumanne Pinto: um é o doutrinário; outro, o conjuntural. Sobre a conjuntura, o presidente da República não poderia deixar de refletir, em suas opiniões, as preocupações do sr. José Sarney. É por isso que se exa. se lançou mais uma vez contra a Assembléia Nacional Constituinte, atribuindo-lhe o papel de fator de desestabilização do poder de Estado. A acusação, a rigor, só se fundamenta no fato de os trabalhos da Assembléia se estarem protelando mais do que seria conveniente. No mais, não há por que dizer que ela contribui para criar obstáculos à marcha do regime: afinal, com ela ou sem ela, o presidente governa (por decretos-leis a maioria das vezes), as crises se resolvem ou pela intervenção discreta das Forças Armadas ou pela ostensiva presença do bom-senso; a produção continua em seu ritmo (que depende da inflação e das perspectivas que se abrirem aos investimentos) e assim por diante. O único problema real que divide a Assembléia e poderia contribuir para desestabilizar o poder é a questão do mandato do presidente.

Sem dúvida, a Constituição que sairá dessa Assembléia não é a dos sonhos de nenhum dos brasileiros; certamente o texto a vir a ser aprovado poderá criar obstáculos à modernização da economia. Dizer, porém, que a demora nos trabalhos desestabiliza o Poder, ou que o projeto da Comissão de Sistematização — hoje confrontado a cada artigo e parágrafo com o do Centrão — é pernicioso para o futuro, é desconhecer a dinâmica das coisas e pretender criar condições psicossociais de indisposição contra a Assembléia Nacional Constituinte, cuja sobrevivência ainda é a melhor garantia que se tem contra o avanço das forças do obscurantismo.

No campo doutrinário, cabe ainda uma distinção. Uma delas é que o presidente da República que condena o populismo dos anos 50 é quem o pratica com as modificações impostas pelo passar dos anos (quando essas mudanças existem), nos anos 80. Outra é que o chefe de governo aponta com justa razão para o fato de que a crise brasileira é antes de mais nada a crise do Estado.

O julgamento sobre o populismo do presidente Sarney está sendo feito todos os dias pelos que são responsáveis pela direção intelectual, cultural e política da sociedade brasileira (quando existem). Por isso, é indispen-

sável determo-nos um momento sobre a questão da crise do Estado, pois somente a compreensão desse problema — e a solução correta — é que abrirá a possibilidade de solução dos problemas brasileiros. Desse ponto de vista, a Constituição em elaboração não constituirá empecilho maior, desde que os constituintes sejam clarividentes o suficiente para permitir que ela seja emendada à medida que as circunstâncias impuserem a transformação daquilo que será mais um conjunto de leis constitucionais do que uma Constituição. O importante, pois, é o exame cuidadoso dessa situação de crise, tal qual apontada pelo presidente.

Em primeiro lugar, o cartorialismo, que envolve toda a política industrial, necessita de uma profunda revisão. É preciso ver que esse tipo de neomercantilismo não decorre apenas do fato de alguns setores industriais desejarem manter íntegra a sua fatia do mercado, impedindo a concorrência de nacionais ou estrangeiros. Vem, também, e nisso é preciso insistir, da presunção da burocracia estatal de que incumbe ao Estado promover o desenvolvimento *contra* o estrangeiro, que "pretende espoliar o Brasil". Não se pode esquecer que se o *cartório* serviu para proteger algumas indústrias, por outro lado deu azo a que os industriais que acreditaram no conto da indústria nacional passassem a reforçar a burocracia, que colocava seus interesses à frente dos interesses nacionais. Não é justo, assim, responsabilizar *apenas* os industriais brasileiros pelo cartorialismo da economia (de alguns setores industriais ao setor financeiro). Esse tipo de neomercantilismo vem, como não poderia deixar de ser, da ideologia do nacional-oligarquismo, que não se formou no governo Geisel, mas veio cristalizando-se no tempo à medida que se difundia a idéia — falsa — de que o Estado pode criar riquezas e deve controlar o processo econômico.

O presidente Sarney faz uma afirmação da maior gravidade: o poder está fracionado no Brasil. Não diz, porém, quem são os grupos que o detêm nem quais os pontos da administração ou da sociedade em que se localizam. A referência ao cartorialismo poderia dar a entender que o Poder está dividido entre o Estado propriamente dito e os beneficiários dos "cartórios". A suposição não está de todo errada, mas é incompleta. A rigor, o Poder está fracionado no Brasil porque a Presidência da República está politicamente fraca, embora seja institucionalmente muito forte. É essa contradição entre

o estado em que ela se encontra e as potencialidades de sua natureza que constitui o fulcro da crise do Estado brasileiro. De fato, a Presidência não pode exercer em sua plenitude as prerrogativas de seu poder porque não tem como enfrentar primeiro as grandes burocracias do Estado, que fazem elas próprias a política de defesa, a internacional e a monetária. Em segundo lugar, porque não tem como aplicar a lei àqueles que, no aparelho de Estado, a descumprem. Em seguida, porque não sabe como tratar esse Estado dentro do Estado em que se está constituindo a Igreja do Brasil. E assim por diante.

Mais importante do que tudo isso, a Presidência está fraca e o Estado brasileiro está em crise porque o presidente da República não conseguiu impor a sua vontade à oligarquia, à comunidade de informações e à esquerda tupiniquim no caso da informática. Agora que a reserva de mercado está próxima do fim estipulado em lei, o presidente manifesta a esperança de que a sociedade substitua a lei respectiva por um texto que não isole o País do mundo e nem deixe a indústria nacional desprotegida. É curiosa a postura do presidente diante da condução dos negócios do Estado: desde 1985 que poderia ter proposto a reforma da lei da informática, a nova política industrial e a definitiva inserção do Brasil no mundo da terceira onda. Curiosamente, não o fez, e responsabiliza os *cartórios* e a transformação do Brasil numa imensa república corporativa pelo atraso tecnológico. Não só se exime da culpa de não ter feito, como antecipadamente diz que nada fará, pois é a sociedade que deve substituir a lei da informática. Estranha maneira essa de governar, mas correta demonstração de que o Estado está em crise.

O presidente tem razão quando diz que o Brasil real é diverso daquele que as leis da oligarquia fizeram. Pena é que pouco tenha feito para permitir que esse desempenho econômico do Brasil real fosse mais pujante.

De qualquer maneira é significativo que o chefe de Estado tenha reconhecido que a crise do Brasil é de Estado. A modéstia poderia levá-lo a um exame de consciência — próprio de quem se entrega a reflexões —, fazendo-o acrescentar que boa parte dessa crise, que vem do governo Figueiredo, no mínimo, se deve a seu desempenho negativo e titubeante na Presidência da República, que no sistema presidencialista de governo é visto como a chave de todos os Poderes do Estado.